

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 19.379/09/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 02.000214551-27
Impugnação: 40.010125119-94
Impugnante: Jaime Geraldo dos Santos
CPF: 254.528.945-00
Origem: PF/César Diamante - Pedra Azul

EMENTA

TAXAS - TAXA FLORESTAL - FALTA DE RECOLHIMENTO - CARVÃO VEGETAL - TRANSPORTE DESACOBERTADO. Imputação fiscal de falta de recolhimento da Taxa Florestal referente a carvão vegetal transportado sem documentação fiscal hábil. Exigências fiscais da Taxa Florestal e da Multa de Revalidação prevista no art. 68 da Lei nº 4.747/68. Infração não caracterizada, tendo em vista a comprovação de ser a mercadoria oriunda de outra Unidade da Federação, justificando, assim, o cancelamento das exigências. Lançamento improcedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre a cobrança do Autuado de Taxa Florestal, em razão do transporte de mercadoria (carvão vegetal) desacobertada de documentação fiscal. A infração foi caracterizada no Posto Fiscal César Diamante-Pedra Azul/MG, situado na BR 116 s/n, em Divisa Alegre/MG, pela infringência ao art. 16 do Decreto Estadual 36.110/94.

Exige-se a Taxa Florestal e Multa de Revalidação prevista no art. 68 da Lei nº 4.747/68.

Inconformado, o Autuado apresenta, tempestivamente, Impugnação à fls. 11, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 24/28.

DECISÃO

No dia 21 de março de 2009 o motorista do veículo de propriedade do Autuado, transportando 66 (sessenta e seis) m³ de carvão vegetal, desacobertados de documentação fiscal, foi abordado pela Polícia Militar do Meio Ambiente (PMMA), no pátio do Posto Fiscal César Diamante-Pedra Azul, localizado na Rodovia BR 116 s/n, no município de Divisa Alegre/MG, pois o mesmo tentava esquivar-se de apresentar a nota fiscal à Fiscalização da Receita Estadual.

Exigiu-se a Taxa Florestal e Multa de Revalidação prevista no art. 68 da Lei nº 4.747/68.

Importante destacar inicialmente que esta Autuação encontra-se atrelada à constante do Auto de Infração nº 02.000214550-46, por meio do qual foram

formalizadas as exigências relativas ao ICMS, multa de revalidação e Multa Isolada prevista no art. 55, inciso II da Lei nº 6.763/75.

Em sua Impugnação o Contribuinte não contesta os fatos apontados pela Fiscalização se limitando a dizer que não tinha conhecimento dos fatos, que como proprietário do veículo não havia autorizado o motorista a transportar ou comercializar produto desta origem vegetal ou florestal.

Pede, ainda, que o crédito tributário deva ser exigido das pessoas diretamente envolvidas na ocorrência.

A alegação do Impugnante de não ter conhecimento do transporte realizado não é motivo para invalidar o trabalho fiscal, pois o art. 136 do Código Tributário Nacional diz que a responsabilidade pelas infrações à legislação tributária independe da intenção do agente ou responsável. No mesmo sentido a legislação mineira conforme previsto no art. 207, § 2º da Lei nº 6.763/75.

As exigências constantes deste AI se deram com fulcro nos arts. 16 do Decreto Estadual nº 36.110/94 e 68 da Lei nº 4.747/68, *in verbis*:

Decreto Estadual nº 36.110/94:

Art. 16 - O trânsito de produtos e subprodutos florestais, **se originários de Minas Gerais**, deverá ser acobertado na forma estabelecida no RICMS e demais normas e documentos estabelecidos pelo IEF. (g.n.)

Lei nº 4.747/68:

CAPÍTULO VI
Das Penalidades

Art. 68 - A falta de pagamento, o pagamento a menor ou fora do prazo da Taxa Florestal sujeitará o contribuinte à multa de 100% (cem por cento), que será reduzida a 50% (cinquenta por cento) se o responsável se prontificar a recolher o débito até 20 (vinte) dias após a notificação.

Note-se, pois, que a infração descrita no Auto de Infração é formal e objetiva.

Entretanto, diante das razões e provas carreadas aos autos, há de se repensar sobre a exigência imposta no feito.

O supracitado art. 16 determina sobre o trânsito de produtos e subprodutos florestais que indiscutivelmente abriga o carvão vegetal, mercadoria transportada na ocasião, mas os fatos narrados nos autos não atende à condicionante seguinte: se originários de Minas Gerais. Portanto, não está demonstrada a perfeita submissão dos fatos à hipótese de incidência.

Os documentos juntados, como a declaração de fls. 05, levam-se a acreditar que a mercadoria é originária do Estado da Bahia, primeiro porque a fiscalização foi realizada no posto fiscal de entrada no Estado de Minas Gerais, podendo levar à

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

dedução, com bastante razoabilidade, de que a mercadoria vinha de outro Estado e também pela declaração já citada.

Outro ponto a invalidar o lançamento está na relação de responsáveis tributários para o pagamento da Taxa Florestal, conforme previsto no art. 3º do Decreto nº 36.110/94, *in verbis*:

Art. 3º - São contribuintes da Taxa Florestal os proprietários rurais, os possuidores a qualquer título de terras ou florestas e as empresas cuja finalidade principal ou subsidiária seja a produção ou a extração de produto ou subproduto de origem florestal, sujeitos a controle e fiscalização das referidas atividades.

Observe-se que o legislador ao definir o sujeito passivo da Taxa Florestal não inclui o transportador, e, por consequência, este não pode ser eleito pela Fiscalização.

Cabível, assim, o cancelamento das exigências fiscais.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar improcedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Maria de Lourdes Medeiros (Revisora) e Luciana Mundim de Mattos Paixão.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2009.

Mauro Heleno Galvão
Presidente

Vander Francisco Costa
Relator

VFC/EJ